



**PROJETO DE LEI Nº 38, DE 03 DE ABRIL DE 2023.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PESSOAL Nº 013/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar a vigência do Contrato Administrativo de Pessoal nº 013/2022, relativo à contratação temporária autorizada pela Lei Municipal nº 1.914/2022, por 180 (cento e oitenta) dias.

**Parágrafo Único.** A renovação autorizada no art. 1º, poderá ser prorrogada por igual período, no caso de continuidade das atividades previstas neste artigo.

**Art. 2º.** As demais disposições contidas no Contrato Administrativo nº 013/2022, mencionado no art. 1º, permanecem inalteradas.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**  
**Prefeito Municipal**



**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 38, DE 03 DE ABRIL DE 2023.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PESSOAL Nº 013/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JUSTIFICATIVA**

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,  
Senhora Vereadora.**

Encaminho a Vossa Excelência e aos demais Parlamentares desta Casa Legislativa o presente projeto de Lei que versa sobre a prorrogação de prazo de contratação temporária de Médico Plantonista, imprescindível para o atendimento na área da Saúde.

O Contrato Administrativo de Pessoal nº 013/2022, autorizado pela Lei Municipal nº 1.914/2022, e firmado entre o Município de Nova Esperança do Sul com o Médico Plantonista decorre da necessidade temporária e excepcional interesse público, devendo ser mantido.

Ademais, a renovação do referido contrato é indispensável “pelo fato de que o médico atua como Plantonista na Policlínica”, conforme justificativa do Secretário Municipal de Saúde, disposta no memorando nº 871/2023.

Cumpre mencionar que continuamos com necessidade na manutenção dos atendimentos na área da Saúde, diante da falta destes profissionais nos quadros do Município, não restando alternativa ao Poder Executivo senão encaminhar o presente Projeto de Lei.

Ante o exposto, rogamos a apreciação e aprovação deste Projeto de Lei, em **caráter de urgência** por esta Casa Legislativa, tendo em vista o **término do contrato** estar previsto para o **dia 29 de maio de 2023**, assim como todas as demais circunstâncias fáticas que envolvem o contexto social.

Gabinete do Prefeito, 03 de abril de 2023.

**IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**  
**Prefeito Municipal**